

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS SOB A ÉGIDE DE ÓRGÃOS INTERNACIONAIS.

Paulo Roberto Campelo Fonseca e Fonseca¹

RESUMO

Um grande problema social mundial é a pobreza, e para equacioná-la, órgãos internacionais, tais como, OCDE, Banco Mundial, UNESCO e OIT, preconizam como mandamento a consecução das necessidades básicas da educação, a fim de gerar habilidades e competências nos cidadãos, que o conduzam a empregabilidade, assim, gerando renda e diminuindo a pobreza. Diante do exposto, este artigo parte da seguinte problemática: Quais as principais ideologias que controlam o trabalhador e fomentam políticas educacionais? Diante deste problema, o objetivo do artigo perfaz levantar as principais ideologias que fomentam a formulação de políticas educacionais.

Palavras Chaves: Políticas Educacionais. Neoliberalismo. Formulação.

ABSTRACT

A major global social problem is poverty, and in order to eradicate it, international organizations such as the OECD, the World Bank, UNESCO and the ILO recommend meeting the basic needs of education as a mandate in order to generate skills and competences in citizens, who it leads to employability, income generation and poverty reduction. Given the above, this article starts from the following problem: What are the main ideologies that control the worker and promote educational policies? Faced with this problem, the objective of the article is to raise the main ideologies that promote the formulation of educational policies

Keywords: Educational Policies. Neoliberalism. Formulation.

¹ Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: fonseca.paulo@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Com a reestruturação do fordismo para o pós-fordismo como regimes de acumulação do capital, existe uma reestruturação também na educação que passa a acompanhar as transformações no mundo do trabalho. Dado que o pós-fordismo, pautado no sistema de produção toyotista, assume um novo perfil de trabalhador avesso ao trabalhador fordista, é necessário qualificar o exército industrial de reserva a se moldar à nova lógica do capital de cunho neoliberal.

Neste sentido, o Estado vai intervir no mercado de forma a ofertar mão de obra qualificada dentro dos moldes do perfil exigido, sendo este o de um trabalhador polivalente, multifuncional, com alto nível de qualificação. Para propiciar este controle do trabalhador pelo capital, o Estado neoliberal vai utilizar-se da disciplina do trabalho e da insegurança do emprego para forjar o trabalhador a se sujeitar a precarização do trabalho ocasionada pelo *downsizing* (enxugamento dos postos de trabalho).

Esse controle no século XXI, se dá principalmente pela insegurança na perda do emprego, que leva o trabalhador a buscar maiores níveis de qualificação, a fim de manter a sua empregabilidade, cunhando-se a ideologia de que o trabalhador é o responsável pela garantia do seu emprego mediante sua qualificação que foi propiciada por políticas educacionais, eximindo assim, o Estado da sua responsabilidade de garantir o direito ao pleno emprego.

Esse exército industrial de reserva de trabalhadores qualificados, gera poder de barganha da burguesia para com o proletariado, que se sujeita a salários baixos e a precarização do trabalho, sendo o principal motor que vai fazer a acumulação do capital operar. Neste sentido a acumulação do capital no século XXI, se dá pela difusão da ideologia da empregabilidade, da ideologia da competência, e da ideologia advogada pela teoria do capital humano.

Para tanto, acompanhando a mundialização do capital, e o modo global do Estado, a educação assume sua forma globalizada através de órgãos internacionais, tais como, OCDE, Banco Mundial, UNESCO e OIT, para prescreverem como os países subdesenvolvidos devem formular suas políticas educacionais, a fim de

propiciar a manutenção da acumulação do capital, sob a ideologia de que estão contribuindo para o alívio da pobreza.

A partir dos argumentos aqui tecidos, tomando como objeto de estudo a ideologia da empregabilidade, e partindo do pressuposto que esta ideologia contribui para o controle do proletariado, este artigo parte da problemática: Quais as principais ideologias que controlam o trabalhador e fomentam políticas educacionais? Diante deste problema, o objetivo do artigo perfaz levantar as principais ideologias que fomentam a formulação de políticas educacionais.

2 EDUCAÇÃO GLOBALIZADA PARA A EMPREGABILIDADE

A acumulação do capital é *sine qua non* para determinar o emprego ou desemprego no regime capitalista de produção, já que Marx (1990) advoga a teoria do valor-trabalho, que se estabelece sob duas premissas, a saber: (1) a acumulação do capital é gerada pela mais valia oriunda da exploração do trabalhador assalariado e (2) a acumulação do capital é gerada através da superpopulação relativa do exército industrial de reserva.

Neste sentido, Marx (2018) advoga que existe uma relação proporcional entre o crescimento da pobreza e o crescimento do exército industrial de reserva, e sendo essa “a lei absoluta e geral da acumulação capitalista” preconizada por Marx, há a necessidade da construção de um exército de reserva educado e disposto a se moldar a lógica do capital para que o capitalismo possa se reproduzir.

Com o crescimento do exército industrial de reserva, os donos do capital possuem maior poder de barganha junto a classe trabalhadora, para ofertar-lhes um salário que pode ficar abaixo dos níveis necessários de subsistência, o que leva o trabalhador a se sujeitar a precarização e a insegurança do trabalho, variáveis que passam a ser a forma de controle do trabalhador pelo capital (MARX, 1990).

Diante do exposto, Brunhoff (1985, p. 7), argumenta que o Estado ao longo da história “combina dois aspectos diferentes e complementares: a disciplina do trabalho e a insegurança do emprego”, para intervir no mercado, podendo mudar a sua forma, mas sempre utilizando a força de trabalho. No fordismo, o Estado assume a forma

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

fordista e busca satisfazer os interesses da política do Estado de Bem-Estar Social, do Keynesianismo, a fim de gerar-se o pleno emprego. Já na sua forma pós-fordista, o Estado busca somente satisfazer a política da empregabilidade, pautada nos princípios do regime de acumulação do capital do toyotismo (FRIGOTTO, 1999).

Neste contexto, Farias (2003, p.94) já expõe que no pós-fordismo e na era da globalização, o proletariado em meio às políticas liberais, estariam condenados “à tirania da era do risco”, ou seja, a uma “pós-modernidade insegura, improdutiva e especulativa”. Portanto, o pós-fordismo configura uma nova forma de controle do trabalhador por intermédio da síndrome do medo da perda do emprego, insegurança esta, que requer uma nova educação, que ao invés de emancipar o ser humano, aliena o trabalhador, não mais pela falta de qualificação como no fordismo, mas através da insegurança em manter sua empregabilidade mesmo com alta qualificação no pós-fordismo (MORIN; CIURANA, 2003).

Dado o exposto, o sistema de produção flexível denominado de toyotismo, em sua forma pós-fordista assume no século XXI um novo regime de acumulação do capital global, que se baseia na produção enxuta a partir do *downsizing*, que leva a redução dos postos de trabalho, a polivalência dos trabalhadores, e conseqüentemente a precarização do trabalho. A qualidade total, que evita os desperdícios, também é um dos fatores preponderantes deste regime de acumulação, o que resulta na busca por uma qualificação tecnicista, que gere a insegurança e o medo da perda da empregabilidade (FONSECA, 2017).

Sendo assim, a reestruturação produtiva global do fordismo para o pós-fordismo, requer uma educação global que acompanhe as mudanças globais no mundo do trabalho e da mundialização do capital, já que a “polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa educativa do capital (ALVES, 2005, p.417). Portanto “diante das mudanças no mundo do trabalho, mormente da crise estrutural do emprego, já não se pensa em formar para o posto de trabalho, mas formar para a empregabilidade” (FRIGOTTO, 1999, p.1), haja vista que “a urgência vital de ‘educar para a era planetária’ é decorrência disso, e requer três reformas inteiramente interdependentes: uma reforma do modo de conhecimento, uma reforma do pensamento e uma reforma do ensino” (MORIN; CIURANA, 2003, p. 8).

PROMOÇÃO



APOIO





Essa reforma do modo de conhecimento, pensamento e ensino, para acontecer, precisa de uma educação globalizada, pois a única forma de gerar a acumulação capitalista é através do controle do exército industrial de reserva, que em meio a mundialização do capital, se tornou mundializado. Então para cumprir-se a lei absoluta e geral da acumulação capitalista: “Nada Melhor, para submeter a classe trabalhadora de maneira completa à dominação do capital, do que mundializar o exército industrial de reserva” (FARIAS, 2001, p. 10).

Mas o que é a educação planetária? Para iniciar os debates, é necessário recorrer às categorias, educação global, planetária e mundial. Existem divergências entre autores, quanto ao uso destas categorias, entretanto, parte-se do pressuposto que ambas remetem a uma educação totalizada, que abrange questões concernentes a todos os Estados-nações, continentes e regiões do globo. Trata principalmente dos impactos da globalização e como questões centrais, tais como, “direitos humanos, paz, meio-ambiente, desenvolvimento sustentado e compreensão internacional”, podem desenvolver no alunado uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os problemas que afetam a todos, criando a consciência de uma interdependência mundial, levando a uma cidadania global (BOAVENTURA, 2001, p. 199)

No que tange a discussão acerca dos vocábulos, educação global, educação planetária e educação mundial, Morin e Ciurana (2003, p.65) advogam que “o termo “planetarização” é mais complexo que “globalização”, por ser um termo radicalmente antropológico que expressa a inserção simbiótica, mas, ao mesmo tempo, estranha da humanidade no planeta Terra.” Já Boaventura (2001) cita que a preferência de alguns autores por Educação Planetária em detrimento de Educação Global, se dá pelo fato de que o vocábulo Planetário advém de Planeta Terra, de Globo, o que a partir de uma perspectiva conceitual francesa, remete a ideia de totalidade.

A partir dos estudos de Farias (2013, p.26) no seu livro intitulado de “o modo estatal global: crítica da governança planetária”, “a configuração estatal coletiva ideal planetária é a forma de soberania mais universal da era situada para além do fordismo e na globalização”. O modo estatal capitalista global possui como os seus elementos constitutivos, as formas estatais em níveis nacional, regional e planetário, e a educação emanada do Estado, assume também de mesma forma, níveis nacional

(MEC-Brasil), regional (Leis Gerais de Educação da América Latina) e planetário (UNESCO, ONU, OCDE, OIT, etc). Por isso, com base em Farias (2013), e criticando a governança planetária, julga-se mais adequado denominar-se de educação globalizada, e esta, se sustenta no pós-fordismo através da difusão da ideologia da empregabilidade.

3. A IDEOLOGIA DA EMPREGABILIDADE

Com o pós-fordismo, existe uma alavancagem da mundialização do capital, onde paralelamente, de forma avessa, surge também, a planetarização do mal-estar-social, que advém de atividades e visões que advogam que o mundo possa ser governado como uma mercadoria. Este contexto, da mundialização do capital que propunha um progresso para o bem-estar-social, de forma avessa, promove a degradação da qualidade de vida, obedecendo apenas à lógica da competitividade. “Foi desse modo que nosso mal-estar nasceu no bem-estar” (MORIN; CIURANA, 2003, p. 85).

Neste ínterim, da passagem do fordismo para o pós-fordismo, surge a ideologia da empregabilidade pautada no modelo toyotista de acumulação de capital, que conforme salienta Fonseca (2017, p. 106) pode se apresentar de duas formas: “1 – empregabilidade como as novas exigências de qualificação para o mercado do trabalho; 2 – empregabilidade como o novo tipo de estrutura organizacional pautada na produção enxuta (*lean production*)”.

A Ideologia da empregabilidade gera a acumulação do capital no pós-fordismo e está intimamente ligada à ideologia da competência, onde ser competente é ser polivalente e se moldar à precarização do trabalho imposta pelas políticas de cunho liberal, já que “a ideologia da empregabilidade alude às necessidades das mudanças produtivas do capital flexível e às novas relações do trabalho incipientemente toyotizado” (DEBREY, 2003, p. 58).

Conforme Chauí (2014, p.9), a ideologia da competência surgiu a priori no fordismo onde assumia a divisão do trabalho entre competentes (Gerência Científica) e incompetentes (Trabalhadores Especializados), entretanto esta, assume uma nova

forma no pós-fordismo mediante a acumulação flexível do toyotismo e das políticas neoliberais. Estas ao invés de formar cidadãos críticos, reflexivos, que tenham ações transformadoras, passam a “formar profissionais competentes e um exército de reserva de supostos incompetentes lutando pelo reconhecimento de suas competências”.

Neste sentido, Chaui (2014, p.11) traz à baila a ideologia da competência que em seu papel de ocultação, coloca como responsável pela conquista do emprego o cidadão que se qualifica, tirando assim a responsabilidade do Estado de garantir o direito à educação. Neste sentido, “os trabalhadores, para terem acesso ao mercado de trabalho, devem possuir competência e qualificação, isto é, adquirir empregabilidade mediante o esforço da qualificação” (DEBREY, 2003, p.112). Assim, “o modelo de competências tem o propósito de transferir os direitos sociais do trabalho, de responsabilidade do Estado, para o trabalhador” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 265)

A ideologia da empregabilidade e da competência, fazem alusão a teoria do capital humano, que é uma ideologia que fora estimulada por órgãos internacionais, principalmente o Banco Mundial, que prescrevia investimento na educação formal como principal forma de enfrentar o problema da pobreza e do desemprego. Em suma, a teoria do capital humano preconiza que a qualificação do trabalhador poderia aumentar a produtividade deste e conseqüentemente, ao gerar renda, diminuir a desigualdade social e promover o desenvolvimento socioeconômico de um país (ROTONDANO, 2020). Sendo assim, “a posição social de cada um depende da própria ação, de modo que para o eventual ‘fracasso’ o indivíduo não tem mais espaço para ‘desculpas’ e só pode culpar a si mesmo” (MISES, 1988, p.30 *apud* LOSURDO, 2005, p.28)

4. FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS

Órgãos internacionais, tais como, a UNESCO, OCDE e Conselho da Europa, são mandatários de uma educação que atenda não somente a demandas locais do capital e de sua forma do Estado, mas da mundialização do capital e do modo global

PROMOÇÃO



APOIO



do Estado, configurando assim, um imperialismo global, ou seja, a dialética entre o capitalismo global (mundialização do capital) e o modo do Estado global que formam um todo orgânico (FARIAS, 2013).

Neste contexto, a UNESCO, advoga sob a perspectiva da ‘aprendizagem ao longo da vida’, uma ‘Educação para a Cidadania Global’ – ECG, que dita mandamentos nas áreas da educação para que ‘hegemonias centrais, sub-hegemônias centrais e sub-hegemônias periféricas’ (FARIAS, 2016), possam formular políticas públicas educacionais, que desenvolvam competências no trabalhador, compatíveis com o perfil exigido pelo mercado e Estado na sua forma pós-fordista, como podemos analisar no discurso da UNESCO em sua obra intitulada “Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI”:

A UNESCO desenvolveu um quadro de competências sobre a ECG com os principais resultados de aprendizagem, características dos estudantes e objetivos de aprendizagem, a fim de **orientar os formuladores de políticas** e desenvolvedores de currículos em seus esforços para elaborar currículos nacionais que capacitem os estudantes a assumir papéis ativos, conforme descrito acima, tanto local quanto globalmente (UNESCO, 2019, p.23 – grifo nosso)

“Para a UNESCO, cidadãos globais são indivíduos que pensam e agem para um mundo mais justo, pacífico e sustentável.” (UNESCO, 2019, p.2). Essa expressão mundo pacífico utilizada no discurso da UNESCO, faz alusão a ideologia de controlar a classe trabalhadora, a fim de que esta não seja revolucionária e conflitiva, e sim mas cooperativa com os interesses do Capital e do Estado, se sujeitando a precarização do trabalho e naturalizando a ideia de que a responsabilidade pela empregabilidade é do cidadão que se qualifica e não do Estado de Direito que a garante, associando assim, o desemprego estrutural a falta de qualificação ou competências do cidadão-trabalhador (LIMA, 2011).

Neste sentido, como o Capital se tornou mundial, cabe também criar-se estratégias para que a educação seja globalizada, pois é mister que os trabalhadores se enquadrem no modo global do Estado e na mundialização do Capital, por intermédio de uma educação que conduz a ideologia da empregabilidade, sob o viés

da educação para a cidadania global preconizada pela UNESCO, que advoga que deve existir uma “educação para a paz” (UNESCO, 1995)

Farias (2014) em sua obra “O Imperialismo Global: Teorias e Consensos” vem argumentar acerca da ‘*Pax Imperialis*’ que advém do cosmopolitismo liberal que objetiva garantir a paz global, através de instrumentos jurídicos e institucionais universalistas, tais como a UNESCO, colocados à disposição do modo estatal global, em suas “potências nacionais, super-potências regionais e hiper-potência planetária”.

Nesta *pax imperialis*, não é a história que faz as eras, mas os homens poderosos, num quadro autoritário de primazia da governança global sobre os governos nacionais, de confusão entre guerra e paz, transmutação entre anjos e demônios, de ambivalência entre idealismo e real-politik, **de antinomia entre potência e fraqueza estatal nacional**, etc (FARIAS, 2014, p.35 – grifo nosso).

Partindo desta discussão sobre a antinomia entre potência e fraqueza estatal nacional, que Hill (2003, p.32), preconiza que “o capital precisa de um Estado intervencionista forte principalmente nas áreas de educação e capacitação – o campo em que se produz uma força de trabalho ideologicamente submissa mas tecnicamente capacitada”. Por isso que, os professores são perigosos, mas necessários para o Capital, pois eles são fulcrais na produção da força de trabalho adequada ao seu desenvolvimento. Portanto, o Estado Capitalista precisa controlar o processo educacional da massa de trabalhadores, por dois motivos: (1) garantir que haja a produção social da força de trabalho moldada ao capitalismo pós-fordista; (2) Garantir que não exista e nem venha a existir métodos educacionais opostos ao processo de produção de trabalhadores alienados.

É neste contexto que a UNESCO, traz à baila a pauta do Estado Intervencionista forte preconizado por Hill (2003), a partir da sua obra intitulada de, “Fortalecimento do Estado de Direito por meio da Educação: um guia para formuladores de políticas”. Embora em seu discurso, venha descrever que, “Este guia não apoia os formuladores de políticas educacionais na criação de cidadãos obedientes e sem capacidade crítica” (UNESCO, 2019, p. 60), se tratando de um Estado em sua Forma Capitalista, a educação de forma silogística, em uma totalização

concreta, complexa e contraditória, também assume sua forma capitalista, reproduzindo no homem-trabalhador, a ontologia do ser social capitalista.

Para Mészáros (2006), a educação em seu sentido ontológico (Geral), ou seja, independente de quando, como ou onde ocorra (família, igreja, partido político, universidade, etc.), possui o papel de mediadora entre a humanidade e o indivíduo. Neste sentido, a humanidade (Universal), a educação (Particular) e o indivíduo (Singular), constituem um silogismo. Em suma, cabe a educação como mediadora, fazer apreender pelo indivíduo aquilo que historicamente foi desenvolvido pela humanidade (DARCOLETO, 2016).

Entretanto, ao passo que o homem é um ser singular (único – diferente de qualquer outro indivíduo), ele é também possuidor de uma generalidade, pois possui características que o tornam semelhante a qualquer outro indivíduo. O indivíduo singular e o indivíduo geral em sua complexidade, vão existir e se expressar a partir da particularidade da educação (DARCOLETO, 2016). Neste sentido, o homem é produtor e produto da sociedade (LUKÁCS, 2010), e a sociedade estabelecida na contemporaneidade é uma sociedade capitalista, baseada na alienação do trabalho e que portanto, possui mediações alienadas.

Então a humanidade expressa por Mészáros (2006) na sociedade capitalista é na verdade o próprio Capital, e o Indivíduo, o próprio trabalho, fruto do trabalhador alienado pelo capital, que precisa de uma mediação alienada, que se configura na educação em seu sentido amplo, como preconiza Darcoletto (2016, p.112), ao exprimir que quando se trata de “educação na sociedade capitalista, podemos dizer que ela exerce, em grande medida, uma mediação alienada, visto que atua para (com)formar nos indivíduos os interesses do capital e não interesses coletivos”. Sendo assim, a mediação da educação se estabelece tanto entre Capital (universal) e Trabalho (singular), como entre Modo Global do Estado (universal) e Políticas Públicas Globais (singular).

Diante do exposto, partindo de premissas universalmente aceitas, através do método silogístico, chegamos ao silogismo descrito na tabela 01, utilizando as categorias do Universal, Particular e Singular, no que tange a Educação Globalizada sob os mandamentos da UNESCO, com base nas seguintes premissas: **Premissa 1:**

O modo de produção capitalista é garantido pela força de produção (capital e trabalho) e relações de produção (MARX, 1990); **Premissa 2:** As relações de produção entre os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho se dá pela mediação causada através da alienação e reificação (MÉSZÁROS, 2008, p. 101; BRUNHOFF, 1985); **Premissa 3:** A alienação e reificação é garantida e reproduzida pelos aparelhos ideológicos da educação (GRAMSCI, 2010); (Ideologia da Competência Neoliberal - CHAUI, 2014); **Conclusão:** Logo, as relações de produção entre os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho se dão pela mediação da educação (Capital-Educação-Trabalho).

Tabela 01: Silogismo da Educação Globalizada sob os mandamentos da UNESCO

Geral	Particular	Singular
Capital	Educação	Trabalho
Modo Global do Estado	Educação Globalizada - Educação ao Longo da Vida (UNESCO); Educação para a cidadania Global (UNESCO)	Políticas Educacionais Regionais - brasileiras e portuguesas

Fonte: Do Autor (2022)

Diante do Exposto na tabela 01, que descreve o silogismo da educação globalizada, podemos discutir a forma-educação capitalista (Figura 03) que está sustentada por três premissas que geram uma conclusão, as quais são: **Premissa 1:** A célula da sociedade capitalista é a mercadoria, que leva ao dinheiro, que leva ao capital, que leva a acumulação, que leva a crise (MARX, 1990); **Premissa 2:** “O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalho como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (KARL MARX, 2018, p.111). Sendo assim, o trabalho do homem é uma mercadoria; **Premissa 3:** “o homem somente pode vir a ser homem através da educação. Ele não é outra coisa senão o produto da sua educação” (KANT, 1999, p.15). Sendo assim, a mercadoria só pode ser feita pelo homem educado, logo a célula da mercadoria é a educação; **Conclusão:** Logo, a célula mater da sociedade capitalista é a educação.

Sendo assim, chegamos ao Silogismo do Aparelho Globalizado Ideológico da Educação: **Premissa 1:** Os aparelhos ideológicos da Educação, condicionam o trabalhador a se adaptar ao sistema global do capital; **Premissa 2:** O aparelho ideológico da educação é regido pelo Estado e pelo Capital; **Premissa 3:** O Modo do Estado é global; **Premissa 4:** O Capital é global; **Conclusão:** Logo, o aparelho ideológico da educação é globalizado.

A tese do Imperialismo Global em Farias (2014) é centrada na totalidade e fundada na tensão dialética entre o Modo Estado Global e o Capital Global. Entretanto, em e para além de Farias (2014), venho defender a tese de que o Imperialismo Global é a totalidade entre as universalidades, Modo Estado Global, Capital Global e Educação Globalizada, sendo esta última, mediadora entre o Modo Estado Global e o Capital Global.

3. EM GUIA DE CONCLUSÃO PROVISÓRIA

A partir do entendimento da Lei Geral e Absoluta da Acumulação do Capital preconizada por Karl Marx (1990), onde a acumulação de capital se dá mediante a exploração da mais-valia do trabalhador assalariado e da formação do exército industrial de reserva, que concede poder de barganha a burguesia para pagar baixos salários ao proletariado, de forma a controlá-los e sujeitá-los a precarização do trabalho mediante a insegurança da perda do posto de trabalho, em meio a mundialização do capital no pós-fordismo, é também necessário mundializar o exército industrial de reserva.

Para mundializar o exército industrial de reserva, de forma a acompanhar as exigências do novo regime de acumulação pós-fordista centrado no sistema de produção toyotista, órgãos internacionais, tais como a UNESCO, regidos pelo Imperialismo Global, a dialética entre o capital global e o modo Estado global, prescrevem aos Estados-nações políticas educacionais para que estas venham aliviar a pobreza, a desigualdade e as mazelas sociais, em sua aparência, mas em sua essência, sob a ideologia da empregabilidade, ideologia da competência e ideologia do capital humano, venham formar um exército industrial de reserva mundializado de mão de obra qualificada e alienada, a se adequarem à lógica do capital pós-fordista, a fim de manter-se a forma de produção capitalista mediante a acumulação do capital.

PROMOÇÃO



APOIO



Sendo assim, para tanto, é necessária a educação globalizada, que assim como o modo Estado global, possui em suas formas, níveis nacional, regional e global, a educação globalizada também, assume suas formas nacional (MEC-Brasil), regional (Leis Gerais de Educação da América Latina) e planetária (UNESCO, ONU, OCDE, OIT, etc). Por isso, a partir dos estudos do modo Estado Global e Imperialismo Global de Farias (2013), expõe-se a educação globalizada como mediadora entre o Capital Global e o Modo Estado Global, como silogismo que compõe a totalidade do imperialismo global.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.3 n.2 , p.409 - 428 , 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/GsSvG7FXBNNzcZkrg9V9cvB/abstract/?lang=pt>>. Acessado em: 21.08.2022.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Educação planetária em face da globalização. **Revista da FAEBA**, Salvador, n. 16, p. 27-35, 2001. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-13.pdf>. Acessado em: 10.06.2022

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital: uma análise da política econômica**. Tradução de Denise Cabral e Carlos de Oliveira. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chaui**; organizador André Rocha. vol. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Tradução de Emerson S. da Silva. – Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994. 212p

DARCOLETO, Carina Alves da Silva. Contribuições de István Mészáros para a Educação: Uma Análise da Categoria da Mediação. In: SCHLESNER, AH., MASSON, G., and SUBTIL, MJD, orgs. **Marxismo(s) & educação [online]**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 268 p. ISBN 978-85-7798-211-0. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/n7ckq/pdf/schlesener-9788577982110.pdf>>. Acessado em: 16.05.2022.

DEBREY, Carlos. **A lógica do capital na educação brasileira: a reforma na educação profissional** (1990-2000) / Goiânia: Alternativa; Ed. Da UCG, 2003.141p.

FARIAS, Flavio Bezerra. **O Modo Estatal Global: crítica a governança planetária**. - São Paulo: Xamã, 2013. 103p.

_____. **A Globalização e o estado cosmopolita: as antinomias de Jurgen Habermas**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Dialética do Modo Estatal Global: gênese, desenvolvimento e superação.

Revista de Políticas Públicas, p. 21-35, 2016. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5946/5230>.

Acesso em: 05.05.2022.

_____. Na direção de uma nova economia: para a crítica ao social-liberalismo brasileiro. **Outubro/Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, n. 9, 2003.

_____. O Estado, O trabalho e o capital na crise global: a experiência brasileira recente. In: SOUSA, Antonia de Abreu. SALES, Francisco J. Lima; FEIJO, Jerciano Pinheiro (Org.). **O Canto do Assum Preto**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 169-2018.

_____. **O imperialismo global: teorias e consensos** / Flávio Bezerra de Farias. --São Paulo: Cortez, 2014.

FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca. **A Nova Educação Profissional para o Trabalho no Brasil no Século XXI**. 1ª ed. / Salvador: Asè Editorial, 2017. 124 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim técnico do SENAC**, v. 25, n. 2, p. 30-45, 1999. Disponível em: <<https://bts.senac.br/bts/article/view/597>>. Acessado em: 21.08.2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico / Organizado por: Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta. – Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2006. 372 p. : il. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-da-educacao-profissional-tecnologica/a-formacao-do-cidadao-produtivo-a-cultura-de-mercado-no-ensino-medio-tecnico>>.

Acessado em: 11.06.2022

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo. Quarderni del cárcere**. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. – São Paulo: Hedra: 2010.

HILL, Dave. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, 2003. Disponível em:<<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>>. Acessado em 23.08.2022

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1999.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2022

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**, v. 14, p. 86-94, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/njFR8jqRKsGf6bBxTFxSFyh/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 15.07.2022

LOSURDO, Domenico. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. **Lutas sociais**, n. 13/14, p. 23-42, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18666/13853>>. Acessado em 24.08.2022

LUKÁCS, György, 1885-1971 **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível** / György Lukács ; tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento ; supervisão editorial de Ester Vaisman. - São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, Karl. **O capital** / Karl Marx ; resumo dos três volumes por Julian Borchardt ; tradução de Ronaldo Alves Schmidt. - 8. ed. resumida - Rio de Janeiro : LTC, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Bertrand Brasil, 1990

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.

MÉSZÁROS, Iztvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORIN, Edgar; CIURANA, R. RD **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. 2003. Disponível em: <<https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Educar-na-Era-Planetária.pdf>>. Acessado em: 10.06.2022

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. Entre o capital e a questão social: elementos da educação brasileira na contemporaneidade. **Revista de La Facultad de Derecho**, (48), ene-jun, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rfd/n48/2301-0665-rfd-48-e106.pdf>>. Acessado em: 11.06.2022

UNESCO. **Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a educação para a paz, os Direitos Humanos e a Democracia**. Paris, 1995. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000112874_por. Acessado em: 11.06.2022

UNESCO. **Fortalecimento do Estado de Direito por meio da Educação: um guia para formuladores de políticas**. UNESCO e Nações Unidas, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371391>>. Acessado em: 11.06.2022

PROMOÇÃO



APOIO

